



Número: **0800026-86.2019.8.15.1171**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de São Bento**

Última distribuição : **18/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 2.531,25**

Assuntos: **SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANDRE GOMES DA SILVA LUCENA (AUTOR)		JAQUES RAMOS WANDERLEY (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
17929 131	28/01/2019 19:37	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
17929 167	28/01/2019 19:37	<a href="#">1 - PROCURAÇÃO</a>	Procuração
17929 172	28/01/2019 19:37	<a href="#">2 - DOCS. PESSOAIS E COMPR. DE RESIDENCIA</a>	Documento de Identificação
17929 177	28/01/2019 19:37	<a href="#">3 - DOC. MÉDICA</a>	Documento de Comprovação
17929 184	28/01/2019 19:37	<a href="#">4 - BOLETIM DE OCORRENCIA</a>	Outros Documentos
17929 188	28/01/2019 19:37	<a href="#">5 - DOC DO VEICULO</a>	Outros Documentos
17929 198	28/01/2019 19:37	<a href="#">6 - DOCS. COMPROBATÓRIOS DE HIPOSSIFICIECIA</a>	Documento de Comprovação
17929 479	28/01/2019 19:37	<a href="#">SINISTRO ANDRE GOMES</a>	Documento de Comprovação
20260 793	02/04/2019 22:34	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
21942 469	11/06/2019 22:26	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
22002 802	13/06/2019 17:09	<a href="#">Petição previo requerimento administrativo</a>	Petição
22002 807	13/06/2019 17:09	<a href="#">SINSITRO NEGADO ANDRE</a>	Documento de Comprovação
25681 539	28/10/2019 18:42	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
25681 541	28/10/2019 18:43	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUÍZ(A) DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA DA COMARCA DE POMBAL – PB.**

**ANDRÉ GOMES DA SILVA LUCENA**, brasileiro, solteiro, agricultor, inscrito no CPF sob o nº. 051.812.804-04 e no RG sob o nº. 2424676 SSP/PB, residente e domiciliado na Rua Otacilo Tomé, s/n, Centro, Paulista – PB, por meio de seu procurador e advogado que esta subscreve, **Bel. Jaques Ramos Wanderley, OAB/PB 11.984**, com endereço no rodapé, vem, perante Vossa Excelência, ajuizar a presente

### **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**

Em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, situada a Rua Senador Dantas, 76, 3º andar, CEP: 20.031-201, Centro, Rio de Janeiro – RJ, pelos fatos e motivos que passa a aduzir:

#### **1. DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA**

O Autor trata-se de humilde agricultor, sobrevivendo através da agricultura familiar. Assim, conforme cópia da documentação em anexo aos autos, o autor não possui CTPS assinada, demonstrando que o mesmo não possui vínculo empregatício, assim como cópia do CNIS confirmando que não possui vínculo com a Previdência Social.

Sendo assim, o Promovente não possui renda fixa, e por esta razão declara que, por insuficiência de recursos, não pode arcar com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios, conforme *declaração de hipossuficiência* devidamente assinalada, requerendo, como de seu direito, a gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil de 2015.

#### **2. DOS FATOS**

O promovente foi vítima de acidente de trânsito no dia 13 de Março de 2016, conforme boletim de ocorrência, *em anexo*.



Do malsinado acidente o promovente sofreu **FRATURA COMPLETA DO OMBRO DIREITO** ao nível do acromnio direito, com traço transverso, próximo a articulação acromnio-clavicular, *conforme explicado no laudo médico em anexo aos autos referente a radiografia.*

Além disso, o autor sofreu escoriações ao longo de todo o corpo, luxação no ombro direito, necessitando de tratamento medicamentoso e fisioterápico, e ainda se ausentar das suas atividades laborais por dias. Atualmente não consegue carregar objetos pesado, em detrimento das dores que sofridas advindas da lesão no membro.

Logo, conforme Lauda Médico e ficha de atendimento hospitalar acostada aos autos, o promovente sofreu fratura completa do ombro direito de caráter intenso (75%), fazendo jus à indenização que corresponde à importância de **R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)**, conforme estabelece a Lei 6.194/74 cominada com a TABELA da SUSEP.

Diante os fatos, o Promovente requereu administrativamente a empresa demandada o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT (**SINISTRO: 3180392134**), referente à invalidez permanente constante nos documentos médicos em anexo.

Acontece Excelência, que a seguradora não realizou o pagamento, e não analisou de forma correta a documentação enviada pelo autor, alegando administrativamente “pendência documental”. Todavia, o Promovente enviou a documentação necessária, tendo inclusive entrado em contato com a Promovida para explicar a situação, todavia, a mesma insiste em dificultar a continuação do processo e, conseqüentemente, o pagamento da indenização.

Por esta razão, busca a requerente a tutela jurisdicional para ver a sua pretensão acolhida.

### 3. DO DIREITO

#### I - REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA

A matéria encontra-se regulamentada pela lei 6.194/74, que determina o pagamento de indenização de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) aos beneficiários das vítimas de acidentes de trânsito, em caso de invalidez permanente, consoante se depreende, da leitura do caput do art. 3º, e inciso II, alterada pela LEI 11.482/07, *in verbis*:

*“Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:*

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;*



Outrossim, registre que os documentos anexados, são suficientes a um julgamento meritório, sendo dispensado a apresentação de Laudo do IML.

O entendimento dos Tribunais pátrios, com efeito, não é outro senão o aqui defendido, valendo citar duas recentes ementas do Egrégio TJMG que se amoldam perfeitamente ao caso presente:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - **AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL - DOCUMENTO DISPENSÁVEL - INÉPCIA NÃO CONFIGURADA** - EXTINÇÃO PREMATURA - SENTENÇA CASSADA. É dispensável a juntada do Laudo do IML ou outro documento médico para instruir a ação de cobrança de seguro DPVAT, uma vez que é possível a comprovação do grau e da extensão das lesões durante a instrução processual. (TJ-MG - AC: 10686140012978001 MG, Relator: Aparecida Grossi, Data de Julgamento: 08/04/2015, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 17/04/2015). (Grifei)

AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - **AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - IRRELEVÂNCIA** - INÉPCIA DA INICIAL - NÃO OCORRÊNCIA - RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO - Para a propositura de ação de cobrança do seguro DPVAT não é indispensável a juntada, com a inicial, de laudo do IML, motivo por que não se pode falar em inépcia da inicial, em ação de tal natureza, tão só porque não veio instruída com tal documento.

(TJ-MG - AC: 10024123336687001 MG, Relator: Evandro Lopes da Costa Teixeira, Data de Julgamento: 15/05/2014, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 27/05/2014). (Grifei)

Aliás, tal entendimento não é isolado, senão vejamos:

APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO.SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. **AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML. IRRELEVÂNCIA. DOCUMENTAÇÃO QUE ACOMPANHA A PEÇA EXORDIAL É SUFICIENTE PARA AFASTAR A INÉPCIA DA INICIAL.** SENTENÇA CASSADA. BAIXA DOS AUTOS À ORIGEM PARA O REGULAR PROCESSAMENTO DO FEITO. APELO PROVIDO. (TJPR - 10ª C.Cível - AC - 1257132-5 - Marechal Cândido Rondon - Rel.: Ângela Khury - Unânime - - J. 05.03.2015) (TJ-PR - APL: 12571325 PR 1257132-5 (Acórdão), Relator: Ângela Khury, Data de Julgamento: 05/03/2015, 10ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1556 04/05/2015). (Grifei)

## II - DA CORREÇÃO MONETÁRIA



Em casos de Seguro Obrigatório DPVAT, quando se tratar de verba complementar indenizatória, a correção monetária deverá iniciar-se a partir da data do ato ilícito que ensejou prejuízo para a vítima, compreendendo portanto, a data em que a seguradora não adimpliu corretamente ao pagamento em via administrativa, fazendo-o a menor. Deste modo entende o **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA em sua Súmula 43 que assim preleciona: "Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo".**

Coadunando com este mesmo entendimento, segue julgado do ilustre Relator José Sebastiao Fagundes Cunha do **TJPR - Apelação Cível: AC 4451245 PR 0445124-5:**

RECURSO DE APELAÇÃO COBRANÇA. SEGURO. **DPVAT**. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA RECEBIDA PARCIALMENTE. QUITAÇÃO DO VALOR PAGO À MENOR. FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO VINCULADA AO SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. RESOLUÇÃO CNSP. NORMA QUE NÃO PODE SOBREPOR-SE À LEI ORDINÁRIA. HIERARQUIA DAS NORMAS. CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA 43 DO STJ. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. RECURSO ADESIVO COBRANÇA. SEGURO **DPVAT**. QUITAÇÃO DA INDENIZAÇÃO EFETUADA A MENOR. INCIDÊNCIA DE JUROS DESDE O PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. JUROS. 1% AO MÊS A PARTIR DA VIGÊNCIA DO **CÓDIGO CIVIL** DE 2002 - (12.01.2003) - E INCIDÊNCIA DE 0,5% ANTES DESTA DATA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. RECURSO ADESIVO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE. 1. Restando demonstrado que o valor do seguro obrigatório **DPVAT** não foi pago em sua integralidade (40 salários mínimos), faz jus a autora ao recebimento da diferença entre o que foi pago e o que deveria sê-lo.

(...)

**4. Súmula 43 do STJ: "Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo". No caso em apreço, verificou-se o ato ilícito contratual da seguradora quando não adimpliu corretamente, em sede administrativa, com a sua obrigação junto aos beneficiários do seguro obrigatório, motivo pelo qual é a partir desta data que a correção monetária deve incidir.**

Consoante o exposto, pedimos licença para deixa de discorrer sobre o mérito, para adentrarmos nos pedidos.

#### 4. DOS PEDIDOS

**EX POSITIS**, requer a Vossa Excelência:

a) a **citação da promovida** no endereço descrito no pório desta, para que no prazo legal em querendo, contestar a presente ação, sob pena de sofrer os efeitos da revelia e confissão;



b) seja a ação **julgada procedente**, para condenar a promovida ao pagamento **R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)**, a título de indenização pelas lesões sofridas supracitadas, devidamente acrescidos de juros mora a partir da citação da empresa promovida e correção monetária, a contar da data em que ocorreu o acidente (13/03/2016);

c) a **inversão do ônus da prova**, nos precisos termos do art. 6º, VIII do CODECOM;

d) seja concedido os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, assegurados pelos arts. 98 e seguintes do Código de Processo Civil/2015, tendo em vista não poder arcar com as despesas processuais por insuficiência de recursos.

e) a condenação da empresa promovida nas custas processuais, honorários advocatícios no valor de 20% e demais emolumentos legais.

**Requer que seja dispensada a designação da audiência de conciliação, nos termos do art. 319, VII c/c art. 334, §4º, I do Novo Código de Processo Civil, tendo em vista a prática de atitudes reiteradas da Promovida em não demonstrar interesse na realização da COMPOSIÇÃO CONSENSUAL.**

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidos em direito, além dos documentos que seguem em anexo, bem como REQUER, desde já, a produção de prova pericial, com a juntada dos quesitos.

Dar-se à causa para os devidos fins fiscais, o valor de **R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)**.

Termos em que, pede Deferimento.

Pombal – PB, 18 de Novembro de 2018.

**Bel. JAQUES RAMOS WANDERLEY**

- OAB/PB 11.984 –

**Bela. PATRÍCIA REBECA SOUZA FREITAS**

- OAB/PB 24.064-



## PROCURAÇÃO PARTICULAR

<b>OUTORGANTE:</b>	<b>ANDRE GOMES DA SILVA LUCENA</b> , BRASILEIRO, SOLTEIRO, AGRICULTOR, COM RG: 2424676 SSP/PB E CPF: 051.812.804-04, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA OTACILO TOME, S/N, CENTRO, PAULISTA – PB.
<b>OUTORGADO:</b>	<u><b>Dr. JAQUES RAMOS WANDERLEY</b></u> , brasileiro, casado, advogado OAB/PB 11.984, RG 2428326 SSP/PB, CPF nº 032.976.134-08; <u><b>Dr.ª MAYARA QUEIROGA WANDERLEY</b></u> , brasileira, casada, advogada, OAB/PB nº 18.791, RG 3141039, SSP/PB, CPF nº 059.842.772-09, ambos com escritório profissional a rua Francisco Almeida, nº 219, centro CEP: 58.840-000, Pombal – PB. Tele-fax: (83) 3431-1825 / Cel. (83) 9 9974-6390 (TIM) e (83) 9 8164-0979 (VIVO)

### **PODERES:**

Pelo presente instrumento de mandato, o(a) outorgante acima qualificado(a), nomeia e constitui o outorgado seu bastante procurador, com os mais amplos poderes, inclusive os gerais para o foro, representá-lo em juízo ou fora dele, de acordo com o estatuto da Advocacia – Lei 8.906/94, bem como perante qualquer repartição pública Federal, Estadual ou Municipal podendo dito procurador, com vistas ao cabal desempenho deste mandato, tudo requerer e praticar, patrocinar a defesa dos interesses do(a) outorgante como autor(a) ré(u), oponente, assistente, ou de qualquer forma interessada, usar dos poderes contidos na cláusula “*ad judicia*”, mais os **poderes especiais** de receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, acordar, discordar, arguir suspeições, excepcionar, prestar caução, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica (em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC15) e finalmente praticar todo e qualquer ato que se faça necessário ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, dando tudo por firme e valioso.

Os poderes específicos acima outorgados poderão ser substabelecidos.

PAULISTA - PB, 06/ 07/ 2018.

  
Outorgante





REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

71.617

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

28/10/1981

ANDRE GOMES DA SILVA LUCENA

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número

051.812.804-04

Nome

ANDRE GOMES DA SILVA LUCENA

Nascimento

28/10/1981

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL

242461

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

09 MAIO 1987

NOME

ANDRÉ GOMES DA SILVA LUCENA

FILIAÇÃO

Antonio Gomes da Silva

Maria das Neves Gomes Lucena

28.10.1981

DATA DE NASCIMENTO

28.10.1981

CPF

051.812.804-04

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número

051.812.804-04

Nome

ANDRE GOMES DA SILVA LUCENA

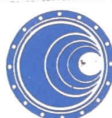
Nascimento

28/10/1981

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO





**CAGEPA**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA  
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB  
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87PARA CONTATO COM A CAGEPA,  
INFORME ESTE NÚMERO

MATRÍCULA

67505821

REFERÊNCIA

JUL/2018

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

ANDRE GOMES DA SILVA LUCENA  
RUA OTACILIO TOME, S/N - CENTRO PAULISTA PB  
58860-000

Inscrição		SMI	Quantidade de Economias				Responsável
			Residencial	Comercial	Industrial	Público	
185.002.315.0445.000		000	1	0	0	0	
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água		Situação Esgoto		
Y14N310083	16/07/2015	EXT LACR	LIGADO		POTENCIAL		
ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (M3)		NUM DE DIAS	PROXIMA LEITURA		
318	324	6		29	09/08/2018		
HIST. CONS./ANOR. LEIT. QUALID. ÁGUA-ANEXO 20 PORT. 05/2017 MS.							
JUN/2018	6	0	PARAMETROS	EXIG.	ANALIS.	CONFORMES	
MAI/2018	7	0	TURBIDEZ	24	24	24	
ABR/2018	9	0	CLORO	24	24	24	
MAR/2018	8	0	COL.TERMOT	0	0	0	
FEV/2018	7	0	COR	10	15	15	
JAN/2018	8	0	COL.TOTAIS	24	24	24	
MEDIA(M)	7		DADOS REFERENTES A: MAI/2018				

DATA DA IMPRESSÃO: 18/07/2018

HORA DA IMPRESSÃO: 10:29:25

DESCRIÇÃO	CONSUMO	TOTAL(R\$)
ÁGUA		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE ÁGUA	6 M3	37,91
ESGOTO		
ACRESCIM(S) MES(ES) ANT. 04/2018 05/2018		1,51
JUROS DE MORA 04/2018 05/2018		1,01

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 3,51 PIS E CONFINS. LEI 12.741/12

VENCIMENTO:

23/07/2018

Total a Pagar:

R\$ 40,43



CONDIÇÃO DE LEITURA: REALIZADA

CAGEPA

CONDIÇÃO DO FATURAMENTO: REAL

TIPO DE TARIFA: 1

INFORMAÇÕES GERAIS:

SR. USUÁRIO: EM 30/06/2018, REGISTRAMOS QUE V.SA. ESTAVA EM D?BIT  
O. COMPAREÇA AOS POSTOS DE ATENDIMENTO PARA REGULARIZAR. DECLARAM  
OS NÃO EXISTIR DÉBITOS DE FATURAS DE 2017 - LEI 12007/09

MATRÍCULA	REFERÊNCIA	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
67505821	JUL/2018	23/07/2018	R\$ 40,43

82620000000 6 40430010185 8 06750582101 6 07201850003 2



Assinado eletronicamente por: JAQUES RAMOS WANDERLEY - 22/11/2018 15:47:13

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18112215411875400000017451454>

Número do documento: 18112215411875400000017451454

Num. 17929172 - Pág. 2

Leitura do embro D

TIPO DE ATENDIMENTO

☐ 09 - CONSULTA SUBSEQUENTE COM REFERÊNCIA PARA OUTRA UNIDADE

011780

11/27/2017

SS. DO REVISOR TÉCNICO - Carimbo

ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO - CONT.

CRM

ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO - Carimbo

# RELATÓRIO DE ENFERMAGEM

Nome: André Gomes

**Leito:**

[illegible]

# SINAIS VITAIS

[illegible]



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTA**  
**Secretaria Municipal de Saúde**  
**SERVIÇO DE RADIOLOGIA**

Paciente: **ANDRE GOMES SILVA**  
Convênio: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTA**  
Data da Interpretação: **21/03/2016**  
Exame: **RX TÓRAX/ OMBRO DIREITO**

**RADIODIAGNÓSTICO**

**RX TORAX:**

Transparência pulmonar normal.  
Seios costo-frênicos livres.  
Área cardíaca de volume e configurações normais.

**RX OMBRO DIREITO:**

Fratura completa ao nível do acromio direito, com traço transverso, próximo a articulação acromio-clavicular.

**Ozias Arruda de A Neto**  
**CRM 3105 PB**

**Rua.: Candido de Assis Queiroga, s/n Cep: 58.860.000**  
**Paulista Paraíba (83) 3445- 1010 Fax: (83)3445-1010**





Secretaria da  
Segurança e da Defesa Social  
Delegacia Geral de Polícia  
3ª Delegacia Regional de Polícia Civil  
18ª Delegacia Seccional de Polícia  
Delegacia de São Bento  
Fone (83) 3444-2804 Disque Denúncia 197



GOVERNO  
DA PARAÍBA



**BOLETIM DE Ocorrência POLICIAL Nº 280/2016**

Natureza da ocorrência: **ACIDENTE DE TRANSITO**

Data do fato: **13/03/2016** hora: **17h:00min**

Notificante: **ANDRÉ GOMES DA SILVA LUCENA**, alcunha "**ANDRÉ**",  
Nacionalidade: brasileiro, solteiro, agricultor, naturalidade:  
Pombal/PB, nascido em 28/10/81, documento: RG nº 2424676  
SSP/PB, CPF nº 051.812.804-04, filho(a) de Anronio Gomes da Silva e  
de Maria das Neves Gomes Lucena, endereço: Rua Otacilio Tome, s/n,  
Centro, Paulista/PB, referência: telefone para contato 83-99613  
6455.

Sob a responsabilidade do(a) Bel(a): HOMERO PERAZZO FILHO

Vítima: , alcunha " ", Nacionalidade: ,  
naturalidade: , idade: \*\*\*, nascido em  
/ / , cor/raça: \*\*\*\*\*, Estado Civil: \*\*\*\*\*,  
Profissão: , Escolaridade: \*\*\*\*\*, documento: ,  
filiação: e de , endereço: \*\*\*\*\*, referência:  
. Tel/Cel:( ) ;

**HISTORICO DO FATO**

O(a) notificante, após cientificado(a) das penalidades cominadas  
ao Art. 299 do CPB, declarou o SEGUINTE: Que na data 13/03/16 o  
noticiante guiava a motocicleta modelo Honda CG 150 Titan, placa  
QFD 1007/PB, cor vermelha, chassi 9C2KC1660ER045901, registrada em  
nome de RICARDO FERNANDES NOGUEIRA, RENAVAM 0105515145-9, quando  
nas proximidades do Sítio Queimadas, Zona Rural de Paulista/PB, na  
rodovia estadual PB 293 ao desviar de um animal que se encontrava  
na via pública o notificante perdeu o controle da referida  
motocicleta vindo cair no asfalto, sendo socorrido para o Hospital  
Municipal de Paulista/PB. Nada mais a consignar.

São Bento, 04 de Abril de 2016. Às 11:35 horas.

x André gomes da Silva Lucena  
☒ Notificante ☐ Testemunha Arrogada

x

Assinatura do Policial responsável pelo registro

Matrícula: 168.620-8

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DENATRAN

CONTRAN

**DETTRAN - PB**  
Nº 012029815103  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO  
Cód. RENAVAM 2015280007544  
Cód. Chassi 00/00000000 2015  
VA 1 0105515145-91

**RICARDO FERNANDES NOGUEIRA**  
NOME

CPF / CNPJ 10616332416  
PLACA ANT / UF NOVO PB 9C2KC1660ER045901  
CHASSI QFD1007/PB

**PAS / MOTOCICLE / NAO APLIC**  
MARCA / MODELO HONDA / CG 150 TITAN EX  
CATEGORIA 2 P / 149 / CI  
PARTIC VERMELHA  
COR PREDOMINANTE

**IPVA PAGO EM** 27/07/2015  
COTA ÚNICA  
FAIXA IPVA 0  
PARCELAMENTO / COTAS 3º

**PREMIO TARIFARIO (R\$)** IOF (R\$) **PREMIO TOTAL (R\$)** DATA DE PAGAMENTO  
\*\*\*\*\* P A G O 27/07/2015  
OBSERVAÇÕES

**SEM RESERVA DE DOMINIO**

**PAULISTA - PB** DATA 27/07/2015  
15466

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS  
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS  
TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

**PB Nº 012029815103 BILHETE DE SEGURO DPVAT**

2015  
ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  
10616332416 INFORMAÇÕES, LEIA NOGUEIRA 07 / PB  
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA  
www.dpvatsegurodotransito.com.br  
SAC DPVAT 0800 022 1204

**VA 1** 10616332416  
RENAVAM 01055151459  
MARCA / MODELO HONDA / CG 150 TITAN EX  
CATEGORIA 2 P / 149 / CI  
PARTIC VERMELHA  
COR PREDOMINANTE

**PREMIO TARIFARIO**  
FNS (R\$) \*\*\*\*\*  
DENATRAN (R\$) \*\*\*\*\*  
CUSTO DO SEGURO (R\$) \*\*\*\*\*  
CUSTO DO BILHETE (R\$) \*\*\*\*\*  
IOF (R\$) \*\*\*\*\*  
TOTAL (SEGURO + BILHETE + IOF) \*\*\*\*\*

**SEGURO** P A G O 27/07/2015  
COTA ÚNICA  
PARCELADO

**SEGURO LÍDER - DPVAT**  
CNPJ 08.248.808/0001-44  
www.seguradoralider.com.br  
15466-1500429-20150727





### DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

ANDRE GOMES DA SILVA LUCENA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, AGRICULTOR, COM RG: 2424676 SSP/PB E CPF: 051.812.804-04, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA OTACILO TOME, S/N, CENTRO, PAULISTA – PB, declara sob as penas da lei, que não pode arcar com despesas processuais por insuficiência de recursos, pelo que, nos termos assegurados pelos arts. 98 e seguintes do Código de Processo Civil/2015, faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça.

Declaro, ainda, ser conhecedor das sanções civis, administrativas e criminais, caso o presente documento não porte a verdade.

PAULISTA-PB, 06 de JULHO de 2018.

  
DECLARANTE



você também está obrigado a usá-los, para prevenir acidentes e evitar as doenças profissionais.

Mostre ao seu novo companheiro os perigos que o cercam no trabalho.

Cada acidente é uma lição que deve ser apreciada, para evitar maiores desgraças.

Todo o acidente tem uma causa que é preciso ser pesquisada, para evitar a sua repetição.

Se você for acidentado, procure logo o socorro médico adequado. Não deixe que "entendidos" e "curiosos" concorram para o agravamento de sua lesão.

Se você não é electricista, não se meta a fazer serviços de electricidade.

Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de um acidente, amanhã será tarde demais.

As máquinas não respeitam ninguém; mas você deve respeitá-las.

Atenda às recomendações dos Membros da CIPA e de seus mestres e chefes.

Conheça sempre as regras de segurança da seção onde você trabalha.

Conversa e discussão no trabalho predispoem a acidentes pela desatenção.

Leia e reflita sempre os ensinamentos contidos nos cartazes e avisos sobre prevenção de acidentes.

Os anéis, pulseiras, gravatas e mangas compridas não fazem parte do seu uniforme de trabalho.

Mantenha sempre as guardas protetoras das máquinas nos devidos lugares.

Pare a máquina quando tiver que consertá-la ou lubrificá-la.

Habitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes. Use equipamentos de proteção adequados a seu serviço.

Conheça o manejo dos extintores e demais dispositivos de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ter necessidade de usá-los algum dia.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL



Número 90462 Série 00026-PB

Assinatura do titular: André Gomes da Silva Lucena  
ASSINATURA DO PORTADOR

#### QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome ANDRÉ GOMES DA SILVA LUCENA  
Loc. Nasc. POMBAL Est. PB Data 23/10/1981  
Filiação ANTÔNIO GOMES DA SILVA e  
MARIA DAS NEVES GOMES LUCENA  
Doc. Nº RG. 3424676 SSP-PB EX. 09.03.1997  
LAM. 131802 SÉRIE 04 ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em 12/12/2003 Doc. Ident Nº 1212003  
Exp. em 12/12/2003 Estado PB  
Obs. DRT P.M. SÃO BENTO - PB  
Data Emissão 12/12/2003  
Assinatura do titular: André Gomes da Silva Lucena

#### ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE

(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome .....  
Doc. ....  
Nome .....  
Doc. ....  
Nome .....  
Doc. ....  
Est. Civil .....  
Doc. ....  
Est. Civil .....  
Doc. ....  
Nascimento .....  
Doc. ....



## CONTRATO DE TRABALHO

## CORSANE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

CNPJ: 05.543.318/0001-32

End: AV-PRESIDENTE EPITACIO PESSOA, 753

Bairro: BAIRRO DOS ESTADOS - CEP: 58039-000

Município: JOÃO PESSOA - UF: PB

Esp. Estab:

Cargo: Servente de obras

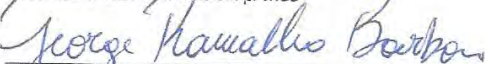
CBO: 7170-20

Data de Admissão: 14/04/2004

Registro N°: 00074

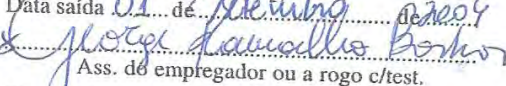
Remuneração específica: R\$ 266,00

duzentos e sessenta e seis R\$ por mês



CORSANE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....  
 Data saída ..... de ..... de .....  
  
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....  
 Com. Dispensa CD N° .....

## CONTRATO DE TRABALHO

Empregador .....

CNPJ/MF .....

Rua ..... N° .....

Município ..... Est. ....

Esp. do estabelecimento .....

Cargo .....

..... CBO n° .....

Data admissão ..... de ..... de .....

Registro n° ..... Fls./Ficha .....

Remuneração especificada .....

.....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Data saída ..... de ..... de .....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Com. Dispensa CD N° .....

## CONTRATO DE TRABALHO

Empregador .....

CNPJ/MF .....

Rua ..... N° .....

Município ..... Est. ....

Esp. do estabelecimento .....

Cargo .....

..... CBO n° .....

Data admissão ..... de ..... de .....

Registro n° ..... Fls./Ficha .....

Remuneração especificada .....

.....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Data saída ..... de ..... de .....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Com. Dispensa CD N° .....

## CONTRATO DE TRABALHO

Empregador .....

CNPJ/MF .....

Rua ..... N° .....

Município ..... Est. ....

Esp. do estabelecimento .....

Cargo .....

..... CBO n° .....

Data admissão ..... de ..... de .....

Registro n° ..... Fls./Ficha .....

Remuneração especificada .....

.....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Data saída ..... de ..... de .....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Com. Dispensa CD N° .....





**Bradesco****Dia & Noite**BDN - BRADESCO DIA E NOITE  
EXTRATO CONTA FACIL

TERM.056434

ANDRE GOMES DA SILVA LUCENA  
AGENCIA 1042 CONTA 0001923-207:56 HRS  
19/OUT/2018

DISPONIVEL

= TOTAL DISPONIVEL .....

76,50-

+ CONTA FACIL (C/C + POUP)

76,50-

TOTAL DE RECURSOS .....

76,50-

Demonstrativo para simples conferencia.  
Sujeito a alteracoes ate o final do dia.  
Fone Facil - 4002 0022 / 0800 570 0022.  
SAC Alo Bradesco - 0800 7048383.  
Deficiencia Auditiva/Fala 0800 722 0099.  
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana.  
Ouvidoria - 0800 7279933 das 08h as 18h,  
de segunda a sexta-feira, exceto feriados.  
A declaracao de Quitacao Anual de Tarifas PF  
esta disponivel no Autoatendimento e Internet.

**Bradesco****Dia & Noite**BDN - BRADESCO DIA E NOITE  
EXTRATO CONTA FACIL

TERM.056434

ANDRE GOMES DA SILVA LUCENA  
AGENCIA 1042 CONTA 0001923-207:52 HRS  
19/OUT/2018

DISPONIVEL

= TOTAL DISPONIVEL .....

76,50-

+ CONTA FACIL (C/C + POUP)

76,50-

TOTAL DE RECURSOS .....

76,50-

MOVIMENTACAO - CONTA FACIL - (C/C + POUP)

NOVEMBRO/2017

DIA	HISTORICO	N.DOCTO	VALOR
-----	-----------	---------	-------

SALDO ANTERIOR

0,00

OUTUBRO/2018

19 TARIFA BANCARIA 0100818 15,00-

CESTA EXPRESSO 4 -

TARIFA BANCARIA 0101018 16,50-

CESTA EXPRESSO 4 -

TARIFA BANCARIA 0110718 15,00-

CESTA EXPRESSO 4 -

TARIFA BANCARIA 0110918 15,00-

CESTA EXPRESSO 4 -

TARIFA BANCARIA 0120618 15,00-

CESTA EXPRESSO 4 -

SALDO TOTAL

76,50-

Demonstrativo para simples conferencia.  
Sujeito a alteracoes ate o final do dia.  
Fone Facil - 4002 0022 / 0800 570 0022.  
SAC Alo Bradesco - 0800 7048383.  
Deficiencia Auditiva/Fala 0800 722 0099.  
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana.  
Ouvidoria - 0800 7279933 das 08h as 18h,  
de segunda a sexta-feira, exceto feriados.  
A declaracao de Quitacao Anual de Tarifas PF  
esta disponivel no Autoatendimento e Internet.





**INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais**  
**Extrato Previdenciário**

Página 1 de 1

29/10/2018 10:22:45

**Identificação do Filiado**

**NIT:** 160.87315.88-9

**Data de nascimento:** 28/10/1981

**CPF:** 051.812.804-04

**Nome:** ANDRE GOMES DA SILVA LUCENA

**Nome da mãe:** MARIA DAS NEVES GOMES LUCENA

**Não foram encontradas Relações Previdenciárias para o CPF informado.**



Você pode conferir a autenticidade do documento em  
<https://meu.inss.gov.br/central/autenticidade.html>  
com o código 181029|3V10R12

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3º do Decreto 3.048/99.

Rio de Janeiro, 28 de Agosto de 2018

Aos Cuidados de: **ANDRE GOMES DA SILVA LUCENA**

Nº Sinistro: **3180392134**  
Vítima: **ANDRE GOMES DA SILVA LUCENA**  
Data do Acidente: **13/03/2016**  
Cobertura: **INVALIDEZ**  
Procurador: **JAQUES RAMOS WANDERLEY**

**Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL**

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o número **3180392134**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Documentação médico-hospitalar não conclusivo
- Declaração do Proprietário do Veículo faltando página

A documentação deve ser entregue na **Sabemi Seguradora S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

**Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias**, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **[www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br)** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 01239/01240 - carta\_03 - INVALIDEZ



Carta nº 13293891







**Poder Judiciário da Paraíba  
Vara Única de Paulista**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0800026-86.2019.8.15.1171

**DESPACHO**

1. A necessidade de prévio requerimento administrativo é condição para o acesso ao Poder Judiciário nas ações de cobrança de seguro DPVAT.

2. No caso, a parte autora argumenta ter protocolado o pedido administrativo, mas o documento acostado à inicial informa que o requerimento encontrava-se em análise e pendente da apresentação de documentos pelo interessado.

3. É cediço que o Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento dos Recursos Extraordinários nº 839.314 e 824.704 passou a entender que, não obstante o princípio da inafastabilidade da jurisdição, em casos de cobrança de seguro DPVAT, é imprescindível o prévio requerimento administrativo e, por consequência, **a recusa da seguradora, para que se configure o interesse de agir, o que, frise-se, não se confunde com esgotamento das vias administrativas.**

4. Ora, se existe(m) documento(s) pendente(s) para instrução do procedimento administrativo, é forçoso concluir que não se sabe, ainda, se a seguradora recusará o pedido de indenização formulado pelo requerente.

5. Diante do cenário que se observa, faz-se necessário que o(a) demandante demonstre o seu interesse de agir. Para tanto, **intime-se a parte autora**, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar a data do requerimento administrativo e a relação de documentos apresentados, a fim de se apurar eventual demora injustificada na apreciação do pedido junto à parte ré, ou comprovar a eventual recusa do pedido administrativo, sob pena de indeferimento da exordial e extinção do feito sem exame do mérito.

Cumpra-se.

PAULISTA, 2 de abril de 2019.

**Natan Figueredo Oliveira**

Juiz de Direito









TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
**COMARCA DE PAULISTA**  
Fórum Leandro Gomes de Barros  
Rodovia PB 293, Centro, Paulista/PB, Tel.: (0\*\*)83 3445-1183

### **CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DO AUTOR**

<b>PROCEDIMENTO</b>	<b>COMUM</b>	<b>CÍVEL</b>	<b>(7)</b>
[ S E G U R O ]			
<b>Processo</b>	<b>nº</b>	0800026-86.2019.8.15.1171	
AUTOR:	ANDRE GOMES	DA	SILVA LUCENA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do Vara Única de Paulista, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) devidamente **INTIMADO(A)(S)**, através do seu advogado, do **DESPACHO** de **ID. 20260793**, para no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar a data do requerimento administrativo e a relação de documentos apresentados, a fim de se apurar eventual demora injustificada na apreciação do pedido junto à parte ré, ou comprovar a eventual recusa do pedido administrativo, sob pena de indeferimento da exordial e extinção do feito sem exame do mérito.

Paulista-PB, 11 de junho de 2019.

**SALEIDE ESTRELA PORDEUS SILVESTRE**  
Técnica Judiciária



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE PAULISTA, PARAÍBA.**

*Processo nº 0800026-86.2019.8.15.1171*

**ANDRÉ GOMES DA SILVA LUCENA**, já qualificado nos autos do presente processo que move em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, vem, por meio do seu bastante advogado, em cumprimento ao despacho proferido nos autos (*id* 21942469) **EXPOR e REQUERER** o que se segue:

**MM. Juiz**, *a priori* necessário se faz explicar que mesmo com toda a documentação necessária apresentada (inclusive a mesma encontra-se em anexo aos autos), a Ré tem analisado os pré-cadastros de forma que quase sempre alega pendências ou restrições, tornando o procedimento administrativo sem fim e sem prazo.

Assim, após o requerimento administrativo iniciado fora gerado o SINISTRO 3180392134, a promovida analisou a documentação enviada pela autora e alegou *a priori* pendência documental.

Diante disso, a autora tentou resolver a alegada pendência via telefonia ou online, porém sem êxito.

Cumprе ressaltar que toda a documentação fora enviada, e inclusive a mesma encontra-se nos autos da ação em epígrafe, por esta razão a autor viu a necessidade de buscar o judiciário, ante as várias tentativas frustradas de resolver amigavelmente.

Ademais, a parte autora apenas possui acesso ao estado do requerimento administrativo através da consulta que é realizada diretamente no sistema e na qual consta apenas a situação do requerimento administrativo no momento da consulta, como é possível observar do comprovante de requerimento administrativo juntado com a inicial (*id* 17929479). Isto se dá em todas as solicitações realizadas diretamente junto à seguradora líder.

No entanto, em uma nova consulta realizada no site da Seguradora, temos que houve por fim a negativo final de pedido administrativo “PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO” em 25 de Fevereiro de 2019 (em anexo) comprovando que já houve a solicitação administrativa, assim como a sua negativa demonstrando assim o INTERESSE DE AGIR da parte autora.



Outrossim, cumpre salientar que, a Lei do Seguro DPVAT **não obriga o acidentado, nem sua família (em caso de óbito), a comprovar o pleito administrativo anterior ao ajuizamento da ação de cobrança**, mas tão somente lhe exige: comprovação das despesas médico-hospitalares quando requeridas (§2º do art. 3º); certidão de óbito (...) no caso de morte (alínea "a" do §1º do art. 5º) e laudo das lesões permanentes, totais ou parciais pelo IML (§5º do art. 5º). **Isso ocorre pelo fato que, o pedido administrativo não garante a satisfação do direito do acidentado, bem como, não impede de buscar eventual complementação do valor justo.**

O acesso ao Judiciário independe de requerimento prévio junto à Seguradora, baseado no preceito contido no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, que estabelece que qualquer indivíduo pode acionar o Poder Judiciário sempre que houver violação a direito, mediante lesão ou ameaça. A imposição de prévio requerimento administrativo caracteriza ofensa ao princípio do livre acesso ao Poder Judiciário.

Inclusive, ainda que não houvesse o prévio requerimento administrativo, isso não seria obstáculo para ingressar com a presente demanda, conforme posicionamento dos Tribunais Pátrios, senão vejamos:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO. DPVAT. AUSÊNCIA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. INTERESSE PROCESSUAL CONFIGURADO. O acesso ao Poder Judiciário não pode ser condicionado à prévia solicitação administrativa de pagamento da indenização securitária, sob pena de ofensa ao artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal.** Precedentes desta Câmara. RECURSO PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70064284797, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 13/04/2015). (grifo nosso)

**DPVAT - AUSÊNCIA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO - IRRELEVÂNCIA.** Nosso ordenamento jurídico não impede que alguém busque sua pretensão pela via judicial, sem tê-la feito, anteriormente, pela via administrativa. O interesse de agir é caracterizado pela necessidade de a parte ter que se valer do Poder Judiciário para a solução de uma pretensão que sofre resistência por aquele contra quem contrapõe seu **pedido**. (grifamos)

**DPVAT - AUSÊNCIA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO - IRRELEVÂNCIA - GRAU DE INVALIDEZ - TABELAMENTO - INAPLICABILIDADE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.** Nosso ordenamento jurídico não impede que alguém busque sua pretensão pela via judicial, sem tê-la feito, anteriormente, pela via administrativa. Em caso de invalidez permanente, decorrente de sinistro ocorrido a partir de 29 de dezembro de 2006 (data da Medida Provisória nº 340, de 2006, posteriormente convertida na Lei nº 11.482, de 2007), a indenização referente ao seguro obrigatório deve perfazer o montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 3º, inciso II, da Lei 6.194 /1974. Não há de se falar em alteração do valor da indenização conforme o grau da invalidez, pois, a tabela que prevê tal possibilidade foi anexada pela Lei 11.495 /2009 e produz efeitos somente para acidentes ocorridos após 16 de dezembro de 2008. Os honorários advocatícios devem ser fixados em observância ao art. 20 do Código de Processo Civil. (grifo nosso)

Ressalte-se que todo o requerimento administrativo fica de posse da Seguradora, não tendo acesso o autor. Demais informações podem ser prestadas pela própria requerida, através de intimação para realizar juntada do processo administrativo se assim V. Exa. entender pela necessidade.





Dessa forma, **pugna** o autor pelo regular prosseguimento do feito e que seja a presente ação julgada procedente nos termos da inicial.

Termos em que, pede deferimento.

Pombal, Paraíba, 13 de Junho de 2019.

Dr. *Jaques Ramos Wanderley*      Dr.<sup>a</sup> *Mayara Queiroga Wanderley*

OAB/PB 11.98

OAB/PB 18.791

Dr.<sup>a</sup> *Patrícia Rebeca Souza Freitas*

OAB/PB 24.064





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

---

**Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 2019**

**Nº do Pedido do**

**Seguro DPVAT: 3180392134**

**Vítima: ANDRE GOMES DA SILVA LUCENA**

**Data do Acidente: 13/03/2016**

**Cobertura: INVALIDEZ**

**Procurador: JAQUES RAMOS WANDERLEY**

**Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO**

**Senhor(a), ANDRE GOMES DA SILVA LUCENA**

Informamos que não recebemos a documentação complementar solicitada necessária à análise do pedido do Seguro DPVAT.

Como o prazo de 180 (cento e oitenta) dias concedido para a entrega dos documentos terminou, o seu pedido foi cancelado.

Para a reabertura do pedido do Seguro DPVAT, retorne ao ponto de atendimento onde o seu processo foi iniciado para apresentar os documentos já solicitados.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Pag. 00133/00134 - carta\_16 - INVALIDEZ



Carta nº 13988058



Rio de Janeiro, 28 de Agosto de 2018

Aos Cuidados de: **ANDRE GOMES DA SILVA LUCENA**

Nº Sinistro: **3180392134**

Vítima: **ANDRE GOMES DA SILVA LUCENA**

Data do Acidente: **13/03/2016**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Procurador: **JAQUES RAMOS WANDERLEY**

**Assunto: AVISO DE SINISTRO**

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180392134**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Carta nº 13293424

Pag. 00923/00924 - carta\_01 - INVALIDEZ



00020462





**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA**

---

**Vara Única de São Bento**

Rua Álvaro Silva, S/N, Centro, SÃO BENTO - PB - CEP: 58865-000

**ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)**

**Nº DO PROCESSO: 0800026-86.2019.8.15.1171**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: ANDRE GOMES DA SILVA LUCENA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos das Resoluções do Tribunal Pleno ns. 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30/2019, **INTIMO** as partes, por seus advogados, quanto a conclusão do procedimento de redistribuição dos presentes autos, prazo de 05 (cinco) dias, para os fins previstos nos arts. 3º e 4º, conforme o caso, dos referidos normativos legais.

SÃO BENTO, 28 de outubro de 2019.

JANILDA FERNANDES DE ASSIS  
Técnico Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**ESTADO DA PARAÍBA**

---

**Vara Única de São Bento**

Rua Álvaro Silva, S/N, Centro, SÃO BENTO - PB - CEP: 58865-000

**ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)**

**Nº DO PROCESSO: 0800026-86.2019.8.15.1171**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: ANDRE GOMES DA SILVA LUCENA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos das Resoluções do Tribunal Pleno ns. 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30/2019, **INTIMO** as partes, por seus advogados, quanto a conclusão do procedimento de redistribuição dos presentes autos, prazo de 05 (cinco) dias, para os fins previstos nos arts. 3º e 4º, conforme o caso, dos referidos normativos legais.

SÃO BENTO, 28 de outubro de 2019.

JANILDA FERNANDES DE ASSIS  
Técnico Judiciário

